

intermediária e de caráter tático-operacional e funções profissionais operacionais têm que ser profissionalizadas. O grande desafio que se coloca é garantir, por um lado, o legítimo comando político do governo eleito e, por outro, o preparo necessário para a gestão pública, com estabilidade que assegure a continuidade do funcionamento da máquina pública. Espera-se, sempre, que o relacionamento entre os funcionários indicados e os de carreira seja o mais profissional possível, tendo em vista que ambos têm legitimidade e boas razões para estar onde estão.

O governo federal vem buscando reduzir a quantidade de funções de livre provimento em prol de funções ocupadas por servidores de carreira, no intuito de ampliar a capacidade técnica do Estado para a condução de políticas públicas. Esse processo foi iniciado em 2005⁵, com a definição de percentuais mínimos dos cargos em comissão⁶ a serem ocupados por servidores públicos efetivos.

Em outubro de 2008, mais de 71% dos cargos comissionados eram ocupados por servidores com vínculo. Mesmo nos cargos mais elevados⁷, mais da metade dos servidores têm vínculo.

Agora o governo quer ir além. Em 2008, enviou ao Congresso Nacional um projeto que cria as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE)⁸, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto prevê a destinação privativa de uma parte das funções comissionadas a servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

As FCPE destinar-se-ão ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento nos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, e serão preenchidas mediante utilização de critérios de mérito e competências, implicando em capacitação como um

dos requisitos para sua ocupação. A política de profissionalização no Poder Executivo federal tem sido acompanhada de um aperfeiçoamento constante dos mecanismos de qualificação e capacitação. Por isso o projeto prevê, ainda, a inclusão, nos planos de capacitação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, de ações voltadas à habilitação de servidores para o exercício das FCPE.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Bolsa Família articulam a ação de diversos ministérios e têm impacto em todas as regiões do país

Modelos de gestão

O governo federal vem buscando acentuar o foco nas ações finalísticas e, claro, na satisfação do cidadão, além de eliminar superposições de ações e estabelecer melhores mecanismos de coordenação entre elas, reduzindo custos sem prejuízo da quantidade e da qualidade dos serviços prestados. São apresentadas aqui iniciativas para facilitar a vida do cidadão e das empresas: simplificação do atendimento, aposentadoria em 30 minutos, centrais de atendimento integrado, Super Simples e Redesim.

No que diz respeito ao aumento da produtividade e à melhora do desempenho da máquina pública, há iniciativas que envolvem não só o incremento da eficiência, da efetividade e da eficácia estatal, como o Anteprojeto de Lei de Contratação, o Portal de Convênios e o Comprasnet – estes dois últimos listados em itens posteriores –, mas também o adequado provimento de recursos humanos na administração pública federal, como as iniciativas apresentadas acima, no item gestão de pessoas.

Por fim, porém não menos importante, o governo federal vem buscando aperfeiçoar os programas que organizam a ação governamental. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Bolsa Família articulam a ação de diversos ministérios e têm impacto em todas as regiões do país, configurando exemplos de gestão intensiva de investimentos estratégicos e de gestão integrada de políticas sociais.

⁵ Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005.

⁶ Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

⁷ DAS superiores a 4.

⁸ PL 3.429/2008.